

E cá em São Paulo

“No plano federal, estão em curso diversas providências atinentes à reforma da Previdência, cujo desfecho repercutirá, como é evidente, em toda a Federação. O Estado de São Paulo, todavia, atento à necessidade de promover, no âmbito de sua competência, o ajuste do sistema previdenciário de seus servidores, não pode furtar-se ao dever de implementar regras tendentes à consecução dessa finalidade.”

Sergio Alckmin, governador de São Paulo, Diário Oficial, 20/5/2003

O (MAU) EXEMPLO DO IPESP

Almir Teixeira
Jornalista

Na procura dos motivos do desequilíbrio do Ipesp, denúncias apontam o Estado como principal devedor do Instituto, além de evidenciar que o patrimônio construído com o dinheiro do servidor público foi utilizado como um simples fundo a que o governo recorria toda vez que precisava de dinheiro para o financiamento de suas obras. Calcula-se que o passivo atuarial do Estado é de R\$ 116 bilhões



O resultado do jogo somente será conhecido daqui a alguns anos, depois de definida a reforma da Previdência e, principalmente, depois de passados alguns governos. O último lance significativo foi uma suada conquista dos pensionistas, que passaram a receber 100% da pensão que lhes é devida, ao invés de 75%, como o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp) pagava até dezembro de 2002, com base na Lei Complementar 180, de 1978.

Mas se o último lance parece uma vantagem, a contagem geral dos pontos pesa fortemente contra o servidor público, que todo mês entrega 6% de seu salário ao Ipesp. O Instituto não tem sido capaz de arcar com seus pagamentos, tendo apurado, no triênio de 1998 a 2000, um “déficit” financeiro de R\$ 391.869.535,00.

Na procura dos motivos do desequilíbrio do Ipesp, encontramos uma série de denúncias que apontam o Estado de São Paulo como principal devedor do Instituto, além de evidenciar que o patrimônio do Ipesp, formado com o dinheiro do servidor público, foi utilizado como um simples fundo a que o governo recorria toda vez que precisava de dinheiro para o financiamento de suas obras. Outras denúncias destacam a má administração de seus mais de 1.100 imóveis como um “ralo” para onde pode ter escapado parte do capital do Instituto.

Nos números apresentados no quadro “Contas do Ipesp (1997-2000)”, foram subtraídas do patri-

mônio do Ipesp as dívidas das autarquias, como a USP, a Unicamp e a Unesp que, juntas, devem mais de R\$ 800 milhões. Além disso, a falta de controle rigoroso sobre processos internos gerou distorções como o pagamento de pensões a falecidos e pagamentos a maior — caso do processo 2307/85, em que foi paga a importância de R\$ 862.407, quando o valor correto era R\$ 26.801.

Tem-se assim no Ipesp um quadro sintomático da Previdência brasileira, em que o desvio de finalidades, o uso político dos recursos

para o Ipesp, destinados à pensão. E o Ipesp não consegue mais, sequer, pagar as pensões, está recorrendo ao dinheiro do Tesouro todos os anos”.

A distorção mais gritante no discurso oficial é que o Ipesp, pelo seu estatuto, recolhe do servidor 12% do salário e não 6%, como diz Alckmin. Os 6% faltantes são referentes à parte do empregador, ou seja, da autarquia ou órgão da administração direta. Assim, o Governador oculta em seu discurso que o Estado de São Paulo deixa de recolher todos os anos os 6% da folha de pagamento do funcionalismo público, razão mais do que suficiente para que o Ipesp seja deficitário e o Estado tenha de complementar todos os anos o orçamento do Instituto.

“A Previdência seria plenamente viável da forma como se faz hoje se o governo recolhesse sua cota de contribuição e se a gestão dos fundos fosse correta”, afirma o professor Arif Cais, do Instituto de Biociências da Unesp de São José do Rio Preto. Corrobora a afirmação de Arif um estudo atuarial realizado pela J. Maduro Consultoria, em 1999, que estimou em aproximadamente 10,5% a contribuição necessária para que o servidor do Estado tenha acesso à aposentadoria e à pensão para seus dependentes, desde que o Estado também pague sua parte.

O levantamento foi realizado a pedido do Comitê das Entidades Representativas dos Agentes Públicos e calculou também o passivo atuarial do Estado de São Paulo, que é quanto o governo deverá gastar para quitar a atual dívida previdenciária, a fim de iniciar um sistema atuarial-

*Alckmin
propala o “déficit”
do Ipesp, mas esquece de
dizer que o Estado não vem
recolhendo os 6% referentes
à cota patronal*

e a falta de rigor geraram uma situação insuportável financeiramente. Tem-se também em São Paulo uma réplica da política federal, que parece exigir que o servidor público assuma a responsabilidade por uma conta que ele na verdade já pagou, com sua contribuição mensal.

O governo do Estado tem propalado aos quatro ventos a situação calamitosa do Ipesp, como neste depoimento do governador Geraldo Alckmin à *Folha de S. Paulo*, em 4/2/2003: “O funcionalismo de São Paulo não paga aposentadoria, paga 6%

mente equilibrado depois da reforma: R\$ 116,8 bilhões.

Outra crítica à argumentação de Alckmin é que o sistema contributivo não é o único modo de se estabelecer a aposentadoria do servidor. “Aqui no Estado de São Paulo, tradicionalmente, os servidores não contribuem para a aposentadoria”, relata a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, especialista em Direito Administrativo da USP. A instituição da cobrança de taxa previdenciária do servidor público paulista, portanto, seria efetivamente uma diminuição de salário porque, em São Paulo, “a aposentadoria sempre foi um encargo do Estado”, conforme sustenta a professora.

Muitas foram as entidades de classe do funcionalismo público que demonstraram, por meio de ofícios e denúncias, o descontentamento do servidor com a falta de transparência e a gestão inadequada do Ipesp. A Comissão das Entidades Representativas dos Servidores Públicos, por exemplo, durante um seminário sobre Previdência realizado em São Paulo nos dias 17, 18 e 19 de março de 2003, considerou necessário pedir uma auditoria no Instituto, para que os servidores conheçam qual é a efetiva situação do Ipesp e o que pode ser feito.

Outro exemplo é o Ofício 504/99-ATP, enviado pela Associação dos Funcionários da Polícia Civil do Estado de São Paulo (AFPCESP), em 1999, ao governador Mário Covas e à então superintendente do Instituto, Berenice Maria Aparecida Matuck. No documento, a Associação enumera os artigos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Complementar 180/78 que determinam que

o Estado é obrigado a recolher ao Ipesp os 6% da folha de pagamentos referentes à parte patronal.

Foi o grande número de denúncias quanto ao mau funcionamento do Instituto e o acesso que teve a relatórios da Secretaria da Fazenda e do Tribunal de Contas do Estado que levaram a então deputada estadual Mariângela Duarte a solicitar, no final de 2002, a instalação de uma CPI para “investigar possíveis irregularidades na gestão administrativa, patrimonial e financeira do Instituto”, conforme escreveu no requerimento

*Em
2002, a
deputada Mariângela
Duarte solicitou abertura de
CPI para apurar irregularidades
no Ipesp, mas o pedido foi
arquivado*

que apresentou à Assembléia Legislativa.

Na justificativa de seu pedido, a deputada afirma que, da comparação dos quatro relatórios que obteve, pôde observar que as irregularidades apontadas vêm sendo praticadas reiteradamente, “uma vez que os técnicos, diversas vezes, fizeram questão de registrá-las como falhas já devidamente apontadas em auditorias anteriores”. Entre as irregularidades mais gritantes estão:

- Os dados apresentados pela empresa COM - Consultoria, Or-

ganização e Metodologia, que realizou em 2000 o recadastramento dos pensionistas e beneficiários do Instituto. As situações absurdas registradas pela empresa indicaram que os benefícios de mais de 300 pessoas falecidas continuaram a ser pagos por mais de dois anos, além de haver pensionistas cujos próprios nomes eram totalmente desconhecidos do Ipesp.

- Uma dívida do Estado de São Paulo para com o Instituto, apontada pelo Tribunal de Contas em seu relatório referente ao exercício de 1998: “O Ipesp possui um crédito junto à Fazenda Estadual, cujo valor atualizado até outubro de 1998 era de R\$ 2.590.449.467,91, oriundo da venda de imóveis feita em 1969, com permissão dada pelo Decreto Lei número 30, de 02 de abril de 1969, para a instalação e funcionamento de serviços públicos”.

Mas a deputada não se limitou a enumerar as irregularidades apontadas nos relatórios, fazendo vários questionamentos quanto ao andamento da apuração das principais irregularidades. “Algumas questões não foram respondidas e outras não foram respondidas a contento. Mas, com as poucas respostas que obtivemos, constatamos que o Ipesp está sendo administrado com inobservância dos preceitos legais relativos à gestão contábil, financeira e orçamentária, com um agravante: sem qualquer controle ou, ao menos, sem a promoção das medidas necessárias, pelos órgãos competentes, para evitar-se prejuízo ao erário e ao patrimônio públicos”, reforça Mariângela Duarte no item 11 do requerimento.

O pedido de CPI foi arquivado,

Contas do Ipesp (1997-2000)

Descrição	1997	1998	1999	2000	Total Geral
Receita	781.553.726	793.711.720	809.436.374	957.210.034	3.341.911.854
Despesa	737.704.116	886.737.198	984.774.446	1.080.716.019	3.689.931.779
Resultado	43.849.610	- 93.025.478	- 175.338.072	- 123.505.985	- 348.019.925

“por conta do término do mandato da deputada”, conforme informou sua assessoria.

Criado em 1935, pela Constituição Paulista, o Ipesp tem uma história sinuosa, como nos conta o professor Cais: “O Ipesp era uma instituição muito rica, embora o governo do Estado nunca tenha colocado um centavo nos cofres da entidade. E foi bem gerido até os anos 60. O desmonte começa no governo Carvalho Pinto, que faz um governo bom, construindo fóruns, colégios e até casas para juizes. A partir deste momento, o governo descobre a fonte de financiamento para suas obras. Também começou aí a construção de casas para servidores públicos”.

Surge então uma série de problemas de gestão, de acordo com o relato do professor. “Muitos abusos políticos. Para o financiamento da casa própria, por exemplo, furava a fila quem tivesse acesso a um deputado mais influente. Existem pessoas que compraram dois, três imóveis pelo Ipesp, bastava acelerar os processos junto a algum deputado”.

Alçado à condição de autarquia a partir de 1969, o Ipesp foi diversificando suas atividades, fazendo o financiamento da casa própria dos funcionários públicos, além de financiamentos agrícolas, razão pela qual o Instituto possui imóveis administrados pela Secretaria da Agricultura em diversas cidades do

interior. Passou também a administrar carteiras de aposentadoria de grupos diferenciados, como a dos advogados e a dos economistas, e investiu até mesmo em construção de lojas na região central de São Paulo, unicamente para locação comercial.

Tais investimentos são questiona-

*Em
Votuporanga,
a Câmara Municipal
utiliza um dos 1.100 imóveis
do Ipesp, sem pagar por ele
sequer um tostão de
aluguel*

dos pelas entidades do funcionalismo público, que consideram-nos como desvios de finalidade, e acreditam que estas ações reduziram o capital acumulado do Instituto, que deveria ser voltado unicamente a finalidades que satisfizessem o funcionário público, que é o grande financiador do Ipesp.

Uma denúncia da AFPCESP, por exemplo, levou-nos à Prefeitura de Votuporanga, cidade próxima de São José do Rio Preto. A Associação afirmava que a Prefeitura funcionava num imóvel do Ipesp, pagando um aluguel simbólico de R\$ 5,00. Desco-

brimos então que não é a Prefeitura, mas a Câmara Municipal da cidade que funciona num prédio do Ipesp, localizado à rua São Paulo, número 883, no centro da cidade. O caso foi esclarecido pelo consultor jurídico da Câmara, Gerônimo Figueira da Costa Filho: “O prédio onde funciona a Câmara é do Ipesp e nos foi cedido pelo Fórum local faz uns cinco anos. Foi feita uma grande reforma para que ele pudesse ser utilizado. O imóvel foi simplesmente cedido, a Câmara não paga aluguel por ele”.

Questionamos a professora Maria Sylvania Di Pietro, quando ainda pensávamos que o aluguel era de R\$ 5,00, e eis sua análise: “A legislação federal prevê expressamente a locação de bens públicos. O que é preciso saber é porque está tão baixo o valor, porque isto seria liberalidade com o dinheiro público. Se é verdade, é uma improbidade administrativa”.

As entidades do funcionalismo público têm proposto reiteradamente ao Ipesp e aos governadores estaduais que a administração do Instituto fique a cargo dos próprios funcionários. Em 1996, por exemplo, numa carta ao deputado Sylvio Martini, Nicolau Antonio Tórloni, então presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, fazia um apelo ao governador: “Senhor Covas, se pretende fazer, de verdade, um governo transparente, entregue

UNIVERSIDADES DEVEM MILHÕES AO IPESP

As três universidades paulistas, como autarquias do Estado, devem recolher ao Ipesp um valor equivalente a 12% da folha de pagamento de seus funcionários, sendo 6% descontados dos salários e os outros 6% por conta do empregador, ou seja, da USP, da Unesp e da Unicamp. Todas as três, entretanto, devem altas quantias ao Instituto. A Unesp, por exemplo, teria seu funcionamento inviabilizado caso pagasse os mais de R\$ 600 milhões devidos.

A USP deve cerca de R\$ 250 milhões ao Ipesp, sendo que R\$ 190 milhões foram acumulados de 1998 até hoje, referentes à parte do empregador, que a universidade deixou de recolher. Segundo o professor Adilson de Carvalho, coordenador de Administração Geral, a USP questiona o valor a ser pago ao Ipesp, uma vez que 12% seria uma cifra muito alta para contribuir somente para a pensão dos funcionários. “Não tem cabimento, a gente paga o aposentado e ainda tem de repassar 12% para o Ipesp”.

O restante da dívida, segundo o coordenador, é referente ao período de 1991 a 1994, quando a universidade deixou de recolher em torno de R\$ 50 milhões. “Na época, a situação da USP estava extremamente complicada porque o governo Covas deixara de repassar a totalidade do ICMS devido à universidade,

que então não teve como recolher ao Ipesp. Covas finalmente pagou o que devia, mas pagou sem correção nenhuma, o que fez que a USP também quisesse pagar sem correção. Diversas discussões já foram feitas e não se chegou a um acordo”.

Ao contrário da USP, que afirma não dever nada referente à parte do empregado, na Unesp o caso é ainda mais grave. “A universidade pratica estelionato, porque ela recolhia do servidor e não passava para o Ipesp”, conta o professor Arif Cais, membro do Conselho Universitário. “O repasse só era feito se o servidor morresse, porque então era necessário ter a conta do servidor zerada com o Ipesp a fim de que a família recebesse a pensão”.

Já a Unicamp tem a menor dívida das três, sendo referente também somente à parte patronal, conforme esclarece o professor Adolpho Hengeltraub, ex-diretor da Adunicamp: “Há pelo menos dois anos que a universidade retém a parte patronal. Contabilmente, fez até um fundo para pagamento, como a USP”. Ele conta que, em 2002, houve até uma proposta para que se usasse o dinheiro do fundo. Além disso, relata que a Unicamp já teve outras dívidas com o Ipesp: “No último quadrimestre de 2000, a Unicamp negociou uma dívida de 24 milhões, que pagou em três vezes”.

aos próprios servidores a administração de seu próprio dinheiro”.

Quase como uma avessa resposta à ousadia de Torloni, Covas tentou aprovar em 1999 o PL 11, que transferia ao Ipesp a responsabilidade pelo pagamento das aposentadorias e instituía pesadas taxas progressivas de contribuição dos servidores (**ver matéria seguinte**).

Quanto a possíveis mudanças no Ipesp, a professora é taxativa: “Não adianta criar uma Previdência agora se não houver um fundo para onde sejam efetivamente recolhidas as importâncias descontadas do servidor e sem que haja uma fiscalização para que este dinheiro seja efetivamente utilizado para os fins previdenciários”.

Já o professor Cais é ainda menos condescendente com relação ao Instituto, propondo uma radical reformulação: “O Ipesp hoje é a máquina mais pesada do Estado. Como o governo nunca recolheu sua parte, isso decretou o fim da saúde financeira do instituto. Devia ser imediatamente extinto e formada uma nova estrutura que fosse administrada em co-gestão com o servidor público”.

O docente da Unesp compara a má administração do Instituto com uma bomba que tivesse sido fabricada ano a ano e agora está estourando no colo do servidor público.

Por fim, alerta: “Que advogado querará ser juiz com uma meta de aposentadoria de R\$ 2.400? Quem vai querer ser professor universitário com este teto de aposentadoria? O professor vai preferir trabalhar fora da Universidade. Não vai haver estímulo. Ou melhor, vai ser estimulada a malandragem”.